

**INFORMATIVO ONLINE APUR**

Nº 23 - Cruz das Almas (BA) - 18 de Setembro de 2015 - [www.apur.org.br](http://www.apur.org.br)

**ATO UNIFICADO  
EM DEFESA  
DA UFRB E  
DO SERVIÇO  
PÚBLICO**

**DIA 23/09 às 7h,  
NA REITORIA DA UFRB**



# DOCENTES DA UFRB APROVAM CONTINUIDADE DA GREVE



Em assembleia geral na quarta-feira (16), os docentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) aprovaram a continuidade da greve. Com 97 votos a favor, 1 contra e 8 abstenções, a decisão da assembleia é fruto do impacto causado pelo novo pacote de cortes anunciado pelo governo na segunda-feira. Uma decisão que mostrou, mais uma vez, que a base é soberana, haja vista que o próprio Comando Local de Greve (CLG) havia apontado que já se deveria pensar na construção da saída unificada da greve.

O próprio presidente da APUR, professor Antonio Eduardo Oliveira, expôs qual havia sido a posição inicial do CLG (aprovar a continuidade da greve, mas já apontar ao Comando Nacional a necessidade de começar a pensar na construção de uma saída unificada), mas que sofreu uma mudança com mais um absurdo do governo. “O que nós estamos vendo é um ataque contra o serviço público, um ataque contra os programas sociais, um ataque contra a universidade pública. Por isso, a nossa proposta é intensificar a greve e reagir a esse ataque do governo”, explicou Antonio Eduardo.

O professor Paulo Romero Serrano chamou o pacote do governo de “pacote de maldades”, por isso, defendeu ele, a categoria docente deveria manter e perseverar no propósito. No mesmo sentido, o professor David Teixeira colocou que, dada as relações com o governo federal no processo de negociação e a situação desfavorável, leva a categoria a continuar na luta pela greve.

O professor David ainda lembrou que o que a situação atual aponta não é um problema específico das universidades, mas o que está colocado é uma situação crítica com o

serviço público de forma geral. “A perspectiva neoliberal é a de enjugamento do Estado. Enjugamento do Estado que significa a precarização das condições do serviço público em todas as esferas”, explicou o professor.

Para o professor Érico Figueiredo afirmou que, com o novo pacote de cortes, a presidente da república deu o recado de que os docentes deveriam continuar em greve, pois o corte anunciado foi muito pesado. Nesse sentido, segundo o professor, a categoria precisa fortalecer cada vez mais a greve, fortalecer a classe trabalhadora e o serviço público.

Como sempre vem sendo colocado, a assembleia defendeu a manutenção da unidade do Fórum dos Servidores Públicos Federais. Para o professor Francisco Fadigas, é importante a unificação do movimento, pois o que o governo quer é o superávit primário, é arrochar em cima dos servidores públicos.

Além da decisão da manutenção do movimento grevista, a assembleia não aprovou o ato do dia 18 que ocorrerá em São Paulo. Mas aprovou a participação dos docentes da UFRB na mobilização nacional do dia 23, próxima quarta-feira, em defesa do serviço público.

A assembleia também foi importante na luta pela pauta local. O reitor da UFRB, Silvio Soglia, entregou publicamente o documento com o acordo das negociações com o CLG. No momento dos encaminhamentos, a assembleia aprovou a assinatura do documento.

Provando que a luta contra os cortes de verbas na educação é mais que justa, é uma obrigação de todos que fazem parte da universidade, os docentes da UFRB receberam o apoio público do representante do Levante Popular da Juventude, Janderson Santana.





# GALERIA DE FOTOS





# REUNIÃO DO COMANDO LOCAL DE GREVE



Nessa quinta-feira (17), houve mais uma reunião do Comando Local de Greve (CLG) dos docentes da UFRB, em Cruz das Almas. Como sempre vem ocorrendo, o CLG fez a avaliação política da greve e organizou o calendário de atividades da próxima semana. Um diferencial da reunião desta semana foi a participação de representação estudantil (CCE e UNE).

Os docentes presentes reforçaram o discurso de que a greve na UFRB tem sido vitoriosa, pois o movimento conseguiu fazer atos em todas as cidades em que a universidade está instalada, mostrando à população os motivos da greve. Outra questão que comprova a força do movimento grevista é o acordo que será assinado com a reitoria. Um acordo que traz respostas positivas a algumas das demandas da pauta local. Vale ainda lembrar que foi na mesa de negociação que o CLG conseguiu com que não houvesse demissão de terceirizados.

Apesar desses pontos positivos, o CLG tem consciência de que, com o novo pacote de cortes anunciado pelo governo, a situação piorou ainda mais. O governo mais uma

vez demonstra não estar preocupado com o servidor público, o que, obviamente, torna o cenário de negociação ainda mais complicado. A nova situação deixou os docentes extremamente preocupados com os rumos da UFRB, e deixou claro que a luta contra o sucateamento da universidade está longe de terminar.

Infelizmente, essa preocupação com os rumos da universidade ainda não é generalizada. O CLG tem convicção de que as pessoas só terão a verdadeira dimensão do impacto dos cortes na educação quando as aulas retornarem. Nesse momento vão entender o que os docentes estão dizendo há quase 3 meses, vão perceber na prática que o corte na educação afetará sim o andamento da UFRB.

Em seguida às discussões, o CLG encaminhou um ato unificado (docentes, discentes e servidores técnicos) em defesa da UFRB e do serviço público para a próxima quarta-feira (23). A intenção do ato é paralisar as atividades da reitoria, e também haverá uma plenária. A atividade será às 7 horas, e será mais um instrumento do CLG para informar à comunidade a situação complexa da universidade. No mesmo dia, à tarde, haverá a reunião semanal do Comando. Há ainda um indicativo de assembleia para o dia 25.





# DOCENTES DA UFRB APROVAM ACORDO DA PAUTA LOCAL 2015



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
GABINETE DO REITOR

Ofício Nº302/2015 – GR

Cruz das Almas, 14 de setembro de 2015.

Ilm.º. Sr.º.

**Prof. Antônio Eduardo Alves de Oliveira**

Presidente da APUR / UFRB

Nesta.

Senhor Presidente,

1. Cumprimentando-o, estamos apresentando as **deliberações atualizadas**, resultantes do processo de negociação estabelecido entre a administração central da UFRB e o Comando Local de Greve da Associação de Docentes da UFRB - APUR. Desta forma, reafirmamos o nosso compromisso de mantermos a transparência em todos os processos e todas as negociações estabelecidas com a comunidade acadêmica desta Universidade.

2. As reuniões foram realizadas nos dias: 10/07/15; 21/07/15; 27/07/15; 05/08/2015; 13/08/15, 20/08/15, 11/09/15.

3. A metodologia utilizada consistiu em debater os pontos da pauta apresentada pela APUR, as considerações da administração central sobre cada ponto e o acordo possível sobre os encaminhamentos. Os pontos apresentados foram:

- 3.1. Situação Orçamentária da UFRB para 2015, projetando os cortes e impactos em cada centro, levando em conta do PDI 2015/2019;
- 3.2. Posição da reitoria sobre o calendário acadêmico;
- 3.3. Carga horária mínima de 8 horas e máxima de 12 horas para as atividades em sala de aula;
- 3.4. Disponibilidade de Servidores Técnico-Administrativos exclusivos para cada colegiado;
- 3.5. Banco de Professor equivalente da UFRB por centro de ensino;
- 3.6. Desburocratização no processo de pagamento do adicional noturno – sem necessidade de solicitação individual, sendo baseada no planejamento acadêmico;
- 3.7. Sistema acadêmico totalmente on line;
- 3.8. Instrumentos de acompanhamento funcional (PIT, RIT, RAD, PTT). Informatização de formulários institucionais e pronta compatibilização dos mesmos;
- 3.9. Obras inacabadas – situação atual e prazos de conclusão;
- 3.10. Segurança: iluminação, central de monitoramento com câmeras, isolamento da área federal, controle e racionalização de todas as vias de acesso à UFRB;
- 3.11. Homologação dos estágios probatórios pendentes;
- 3.12. Prazos para entrega das sedes próprias dos Centro de Ensino: CECULT e CETENS;
- 3.13. Comodato das sedes da APUR;
- 3.14. Atuação junto aos órgãos competentes para melhoria das estradas e vias de acesso aos campi da UFRB;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
GABINETE DO REITOR

#### **4. Após a rodada de reuniões os acordos foram:**

##### **4.1. Situação Orçamentária da UFRB para 2015, projetando os cortes e impactos em cada centro, levando em conta do PDI 2015/2019.**

A administração central atenta ao cenário de crise que o Brasil atravessa e aos impactos desta situação na execução financeira e orçamentária da UFRB acompanhou, sistematicamente, a definição do orçamento da União. A aprovação da Lei do orçamento 2015 ocorreu em março, a qual foi sancionada em 20/04/15 e somente em junho/15 o MEC disponibilizou o montante de recursos destinados para as IFES, no mês subsequente apresentou o contingenciamento.

Os mecanismos de diálogo e difusão de informações sobre esta questão junto à comunidade acadêmica foram estabelecidos por meio da realização de reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Superior Universitário (CONSUNI) e publicização destas reuniões por meio do site oficial da universidade. Nestes documentos foram apresentados o impacto do contingenciamento nas atividades de funcionamento da universidade.

É importante ressaltar que sob a coordenação da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) uma comissão vem realizando, desde 2014, a elaboração do PDI – 2015-2019.

Quanto aos impactos do contingenciamento por Centros, o modelo atual de execução orçamentária da UFRB, não permite este nível de detalhamento.

A PROPLAN vem trabalhando nos módulos de Planejamento e Orçamento do SIG, que se encontram em estágios bastante avançados, que permitirão a Universidade e aos Centros uma governança mais qualificada.

#### Reuniões de CONSUNI

25/5 – Situação orçamentária da UFRB no ano de 2015 em face da conjuntura nacional

13/7 – Pauta: Situação financeira e orçamentária da UFRB

20/07 – Apresentação dos impactos do contingenciamento de recursos pelo MEC na execução financeira e orçamentária da UFRB

#### Mensagens para comunidade acadêmica

CONSUNI da UFRB discute orçamento institucional em sessão extraordinária

Categoria: Administração

Publicado: 27/05/15 10:30

Atualizado em 27/05/15 10:31

<https://www.ufrb.edu.br/agencia/administracao/4050-consuni-da-ufrb-discute-orcamento-institucional-em-sessao-extraordinaria>

CONSUNI da UFRB discute contingenciamento de recursos para orçamento institucional

Categoria: Administração

Publicado: 21/07/15 18:13

Atualizado em 22/07/15 10:30

Acessos: 1058





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
GABINETE DO REITOR

<https://www.ufrb.edu.br/agencia/administracao/4085-consuni-da-ufrb-discute-contingenciamento-de-recursos-para-orcamento-institucional>

#### **4.2. Posição da Reitoria sobre o calendário acadêmico:**

O calendário acadêmico é objeto de deliberação do Conselho Acadêmico desta Universidade (CONAC), deste modo a postura do Reitor diante deste ponto de pauta foi a indicação de que convocaria reunião do CONAC para debater esta questão. Desta forma, foram realizadas duas reuniões descritas a seguir:

Reunião do CONAC convocada para o dia 28/07/2015 com Pauta: Suspensão do Calendário Acadêmico 2015.1.

Reunião do CONAC convocada para o dia 12/08/2015 com as seguintes pautas:

- a) Apresentação dos resultados da Comissão criada para avaliar os impactos das atividades acadêmicas em decorrência de uma possível suspensão do Calendário Acadêmico 2015.1;
- b) Deliberação sobre a suspensão do Calendário Acadêmico 2015.1.

#### **4.3. Carga horária mínima de 8 horas e máxima de 12 horas para as atividades em sala de aula**

A Reitoria defende a carga horária mínima de ensino de 8h/semanal e máxima de 12h, destacamos que existem especificidades que precisam ser objeto de debates no CONSUNI e que podem alterar a carga horária máxima.

Todavia, a reitoria reconhece os processos desenvolvidos, anteriormente, e se compromete a submeter à minuta de resolução construída por uma comissão (composta por representantes dos diretores dos centros, da CPPD e da administração central), que substitui a Resolução CONAC 03/2008 a apreciação e deliberação do CONSUNI, garantindo um tempo mínimo de 60 dias para deliberação no CONSUNI de acordo com metodologia adotada pelo conselho.

#### **4.4. Disponibilidade de Servidores técnicos administrativos, exclusivos para cada colegiado**

Considerando o entendimento de que esta é uma prerrogativa da autonomia administrativa dos Centros, a Reitoria encaminhou para uma reunião conjunta da mesa de negociação com a presença dos Diretores de Centros e Gerentes Técnicos. Nesta reunião, os diretores indicaram que os servidores serão distribuídos de acordo com as necessidades específicas de cada centro e conforme proposta de reestruturação administrativa dos centros, um quantitativo será lotado no núcleo de apoio aos colegiados.

#### **4.5. Banco de Professor equivalente da UFRB por centro de ensino**





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
GABINETE DO REITOR

O banco de professor equivalente foi apresentado a comunidade acadêmica da UFRB pelo ex Reitor Paulo Gabriel em mensagem encaminhada pelo e-mail institucional em 25/11/2-14.

O banco encontra-se disponível em:  
[https://www.ufrb.edu.br/progep/images/documentos/Transpar%C3%A7%C3%A3o/Banco\\_de\\_Professores\\_Equivalentes\\_-\\_PDF.pdf](https://www.ufrb.edu.br/progep/images/documentos/Transpar%C3%A7%C3%A3o/Banco_de_Professores_Equivalentes_-_PDF.pdf)

A PROGEP fará atualização bimestral do Banco de Professores Equivalentes e continuará público no endereço eletrônico: <https://www.ufrb.edu.br/progep/transparencia>.

#### **4.6. Desburocratização no processo de pagamento do adicional noturno – sem necessidade de solicitação individual, sendo baseada no planejamento acadêmico.**

Conforme explanado em reunião, trata-se de um dos procedimentos administrativos mais simples da PROGEP, o assunto deve ser discutido com os diretores para operacionalizarem as notificações de adicional noturno. A PROGEP possui definição de fluxos para este procedimento, o qual será encaminhado aos Centros para conhecimento, concomitantemente, iremos reiterar a necessidade do seu cumprimento.

#### **4.7. Sistema acadêmico totalmente on line**

A Coordenadoria de Tecnologia da Informação – COTEC, com o apoio das equipes da PROAD e da PROPLAN, já implantou os módulos do SIPAC (Protocolo, Almoxarifado, Catálogo de Materiais e Contratos) e do SIGRH (Férias). Após a assinatura do contrato com a empresa licenciada, foi realizada revisão do ambiente computacional e atualização dos módulos implantados. Os demais estão em processo de implantação.

O módulo Graduação, primeiro módulo do SIGAA, é uma das mais importantes ações do projeto de Implantação do SIG. Este permitirá a comunicação com as demais áreas fins da universidade, bem como das áreas administrativas, possibilitando melhor gerenciamento das ações planejadas e rápida obtenção de informações para atendimento às demandas externas.

O fluxo do processo de implantação deste módulo é complexo, devido à quantidade de representantes do projeto para este módulo (líderes e gestores de negócio da PROGRAD, SURRAC e dos Centros de Ensino). Para implantação do módulo é necessário que a universidade esteja em condições normais de funcionamento. Ao mesmo tempo, o conhecimento das funcionalidades do módulo é essencial para a avaliação das novas demandas de customização, e deve ser realizado pelos representantes das unidades acadêmicas através da Base de Conhecimento do SIG, acessada através do link: [www.info.ufrn.br/wikisistemas](http://www.info.ufrn.br/wikisistemas).

#### **Etapas de implantação do Módulo de Graduação**

- a) Implantação do Módulo Graduação
  - Abertura de OS e encaminhamento do Regulamento e informações básicas

Rua Rui Barbosa, nº710 – Cruz das Almas/Bahia – CEP: 44.380-000 – CNPJ 07.777.800/0001-62 – Tel 75 3621-2350/9095 – Telefax 75 3621-1293 – email: [gabi@ufrb.edu.br](mailto:gabi@ufrb.edu.br)





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
GABINETE DO REITOR

- Preparação do módulo de referência pela empresa licenciada
  - Conhecimento do módulo de referência pelos representantes das unidades acadêmicas
  - Disponibilização do módulo para validação e verificação de customizações
  - Treinamento e validação do módulo
  - Disponibilização em produção
- b) Migração da base de dados do SAGRES
- Disponibilização do banco de dados à empresa licenciada
  - Análise da base de dados pela empresa
  - Validação do projeto de migração pela UFRB
  - Disponibilização em produção da base de dados migrada para o SIGAA
- c) Customizações do Módulo Graduação
- Visita de analista da empresa para levantamento de novas demandas
  - Análise da Regulamentação e do levantamento de informações
  - Validação do projeto de customização e do orçamento pela UFRB
  - Novo treinamento acerca das customizações
  - Disponibilização do projeto em produção

**Cronograma de Implantação do Módulo de Graduação do SIGAA**

ATIVIDADE	MÊS*					
	1	2	3	4	5	6
Estudo do módulo Graduação						
Realização de curso Análise de Pontos de Função COTEC						
Levantamento de demandas para customizações						
Validação do módulo referência de Graduação e do projeto de customização						
Reuniões periódicas com as unidades de acadêmicas						
Treinamentos com as áreas acadêmicas						

\* Período será contado a partir do final da greve dos docentes e Técnico-administrativos.

**4.8. Instrumentos de acompanhamento funcional (PIT, RIT, RAD, PTT).  
Informatização de formulários institucionais e pronta compatibilização dos mesmos.**

A UFRB já possui formulários eletrônicos por meio do Sistema criado em 2013: <https://pitrit.ufrb.edu.br/>. Aperfeiçoamentos serão possíveis com a implantação do SIGAA.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
GABINETE DO REITOR

**Cronograma implantação de todos os módulos do SIGAA**

ATIVIDADE	MÊS*											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Estudo dos módulos												
Realização de curso Análise de Pontos de Função COTEC												
Levantamento de demandas para customizações												
Validação dos módulos referência e dos projetos de customização												
Reuniões periódicas com as unidades acadêmicas												
Treinamentos com as áreas acadêmicas												

\* Período será contado a partir do final da greve dos docentes e Técnico-administrativos.

Outras discussões sobre este tema serão remetidas para a minuta de resolução que substitui a Resolução CONAC 03/2008 a apreciação e deliberação do CONSUNI. O reitor compromete-se em sugerir que o CONSUNI considere o RIT como o instrumento para progressão.

**4.9. Obras inacabadas – situação atual e prazos de conclusão**

A Reitoria apresentou cronograma que pode ser acessado por meio do link: [https://www.ufrb.edu.br/agencia/images/documentos/2015/20150722\\_investimento\\_obras\\_2015](https://www.ufrb.edu.br/agencia/images/documentos/2015/20150722_investimento_obras_2015), o qual será atualizado semestralmente.

**4.10. Segurança: iluminação, central de monitoramento com câmeras, isolamento da área federal, controle e racionalização de todas as vias de acesso a UFRB**

A UFRB/PROAD, em parceria com a Superintendência da Polícia Federal do Estado da Bahia, procederá a elaboração de um Plano de Segurança, onde estarão indicadas as alternativas mais eficazes de iluminação, central de monitoramento com câmeras, possibilidades de isolamento de áreas, bem como de controle e racionalização das vias de acesso desta Universidade, entre outras informações consideradas relevantes e que devam ser observadas, objetivando proporcionar mecanismos de segurança que melhor atendam as necessidades da UFRB. Para conclusão do plano temos a necessidade de compatibilizar agenda da PROAD com a da polícia federal, portanto, estimamos um prazo de seis meses para conclusão.

**4.11. Prazo para entrega das sedes próprias do CECULT e CETENS**

Rua Rui Barbosa, nº710 – Cruz das Almas/Bahia – CEP: 44.380-000 – CNPJ 07.777.800/0001-62 – Tel 75 3621-2350/9095 – Telefax 75 3621-1293 – email: gabi@ufrb.edu.br





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
GABINETE DO REITOR

A direção dos CETENS, CECULT junto com administração central já desenvolveram todos os processos necessários para garantir a construção célere das sedes próprias, contudo, elas possuem dinâmicas distintas em cada campus, a saber:

Em Santo Amaro, o terreno foi doado pela prefeitura municipal da cidade para UFRB e a construção será responsabilidade do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IFHAN, desde a concepção do projeto arquitetônico de novos espaços, até a restauração da infraestrutura existente. Esta obra está inserida no programa de aceleração crescimento (PAC) das cidades históricas, sob coordenação dos ministérios do Planejamento e da Cultura. A reitoria tem feito gestões junto ao ministério da cultura para acompanhamento da conclusão do projeto e publicação do edital, **contudo, destacamos que a definição de prazos para o início desta obra, não está sob sua competência direta.**

Em Feira de Santana, o status atual é de elaboração do projeto arquitetônico em comum acordo entre as equipes da SIPEF e de professores do CETENS, para definição conceitual do espaço de acordo com necessidades dos cursos instituídos no centro. Quanto ao terreno a fase de regularização com as seguintes possibilidades: 1) área da FUNDAC vinculada a SEDES, com 33 hectares, com aprovação em novembro de 2014 de maneira unânime na Assembléia Legislativa da Bahia; 2) área de 57 hectares oferecida ao CETENS, no bairro SIM, pelo ex-senador João Durval Carneiro.

Foi criada uma comissão (Portaria nº599/2015) para elaborar Edital de doação do terreno, somente superando esta etapa teremos condições de definir um cronograma de elaboração de projeto e de início das obras.

#### **4.12. Homologação dos estágios probatórios pendentes**

Este item foi atendido por meio da Portaria nº673/2015, publicada no Boletim de Pessoal 1018/15.

#### **4.13. Comodato das sedes da APUR**

Após entendimentos com o comando de greve, ficou estabelecido que a Direção da Associação de Professores - APUR deveria encaminhar um ofício ao Gabinete da Reitoria desta IES, solicitando **cessão de uso dos espaços** (ofício recebido pelo Gabinete do Reitor no dia 13/08/15). O documento já foi encaminhado para a Pró-Reitoria de Administração (PROAD), setor responsável pelos encaminhamentos necessários para viabilizar o pleito, que seguirá para chancela da Procuradoria Federal/UFRB. Prazo estimado: 15 dias após final da greve dos servidores técnico-administrativos.

#### **4.14. Atuação junto aos órgãos competentes para melhoria das estradas e vias de acesso aos *campi* da UFRB.**

Esta Reitoria se compromete a solicitar uma audiência com o Governador do Estado para reforçar a reivindicação de recuperação das vias de acesso aos *campi* da UFRB, com destaque para BA/20 – Amargosa.

Rua Rui Barbosa, nº710 – Cruz das Almas/Bahia – CEP: 44.380-000 – CNPJ 07.777.800/0001-62 – Tel 75 3621-2350/9095 – Telefax 75 3621-1293 – email: gabi@ufrb.edu.br





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
GABINETE DO REITOR

Atenciosamente,

Silvio Luiz de Oliveira Soglia  
Reitor

Recebido 16/09/15  
Antonio Estevão A. Almeida  
presidente Aron



# CALENDÁRIO DE ATIVIDADES DA GREVE



**23 de setembro:**

Ato Unificado em defesa da UFRB e do serviço público, na reitoria, às 7 horas;  
Reunião do Comando Local de Greve à tarde

**25 de setembro:**

Indicativo de assembleia geral

## GOVERNO ANUNCIA NOVO PACOTE DE CORTE DE GASTOS



Não satisfeito com o corte que já havia anunciado (ressalte-se o corte de R\$9 bilhões na educação), na segunda-feira (14), o governo federal trouxe a público que será feito um bloqueio adicional de gastos no orçamento do ano que vem no valor de R\$26 bilhões. Além desse bloqueio adicional, o governo ainda anunciou que haverá alta de tributos, com a proposta de retomada da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Junto com a CPMF, o governo propõe outras medidas para alcançar o corte de R\$26 bilhões. Na nova proposta de cortes estão inclusos, entre outros, o adiamento do reajuste dos servidores públicos federais para agosto de 2016, não mais em janeiro; a suspensão dos concursos em 2016; renegociação nos contratos do governo de aluguéis, segurança, manutenção e outros serviços; será estipulado um limite com o gasto com servidores com diárias, passagens aéreas, auxílio moradia e telefone; disciplina no teto salarial do servidor; redução de ministérios e cargos de confiança; fim do abono de permanência pago aos servidores que têm idade para se aposentar, mas que continuam no serviço público.

O novo pacote de cortes também vai afetar os programas sociais. O programa Minha Casa Minha Vida terá uma redução de R\$4,8 bilhões. Não bastasse o corte absurdo na educação, o governo anunciou um corte de R\$3,8 bilhões nas despesas discricionárias com a saúde, sendo mantidos os gastos obrigatórios. Algumas medidas anunciadas pelo governo ainda terão que passar pelo Congresso Nacional.

O professor David Teixeira explicou que o novo pacote do governo traz elementos que afetam diretamente o serviço público. A suspensão do abono de permanência, por exemplo, segundo a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF), significa que no ano que vem 100 mil servidores estarão fora do serviço público. Combinado a isso, a suspensão de concurso público deixa uma interrogativa. Quem vai assumir as 100 mil vagas que serão destituídas no próximo ano? Quem fica, responde o professor David. O que pode precarizar ainda mais as condições de trabalho do servidor público.



# NOTÍCIA ANDES-SN : COMUNICADO Nº 41



O Comando Nacional de Greve realizou reunião nos dias 14, 15 e 16 de setembro de 2015.

## Encaminhamentos e Calendário

- 23 de setembro à Manifestação Nacional dos SPF em Brasília/DF em unidade com outros setores (MTST, MST, SÓS EMPREGO e outras entidades); (Organização: ANDES-SN, CONDSEF, CSP/CONLUTAS e CUT).
- 23 de setembro à Dia de Atos/paralisações e atividades radicalizadas nos Estados.
- Solicitar reunião com SRT/MPOG para retomada da negociação dos 8 pontos de pauta do Fórum dos SPF (Responsável pela elaboração do documento CSP/CONLUTAS, C.T.B e CUT)
- Elaborar um manifesto com posição de rejeição ao pacote de ajustes do governo. Protocolar o documento na Presidência da República, Presidência do Senado e Presidência da Câmara dos Deputados. Publicar na Imprensa (Coletiva de Imprensa). (CNG-ANDES-SN e CUT).
- Marcar reunião com as Centrais Sindicais e Sindicatos Nacionais e Estaduais para discutir e preparar uma greve geral no país no dia 28.9.15. (FASUBRA e ASFOC).

## AVALIAÇÃO

### CONSIDERAÇÕES DO CNG SOBRE O OFÍCIO Nº108/15 SESU/MEC DE 14 DE SETEMBRO DE 2015

Como resultado de ato no MEC no dia 28 de agosto, a secretária em exercício da SESu, Dulce Maria Tristão, agendou uma reunião no dia 03 de setembro para discutir a pauta de reivindicações do ANDES-SN. Para a reunião, o Comando Nacional de Greve do ANDES-SN protocolou em 31 de agosto a Carta nº 184/2015, na qual são apresentados os elementos centrais para negociação da pauta de reivindicações da greve dos docentes, considerando a necessidade de pressionar o governo para respostas efetivas a questões objetivas de nossa pauta específica: Defesa do Caráter Público da Universidade; Condições de Trabalho; Garantia de autonomia; Reestruturação da Carreira e Valorização Salarial de Ativos e Aposentados.

Como informado no Comunicado 39, na reunião do dia 03 de setembro, o secretário de Educação Superior, Jesualdo Pereira, comprometeu-se a responder por escrito às reivindicações apresentadas pelos representantes do CNG/ANDES-SN e logo em seguida agendar nova reunião – que deveria ter sido na semana passada – e a estar presente na reunião da mesa setorial juntamente com o MPOG.

Dos três compromissos acima citados, a SESu/MEC enviou ao ANDES-SN o ofício 108/15 (leia aqui) na última segunda-feira, 14 de setembro. O documento reitera a política do governo federal em relação à universidade e à educação pública.

No que se refere à Defesa do Caráter Público da Universidade a concepção que se expressa no documento a partir da reafirmação do Regime Jurídico Único como forma de contratação, contraditoriamente, é acompanhada da apresentação e defesa do Projeto de Lei Complementar 77 de 2015 – Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (antigo Projeto de Lei 2177 de 2011, em tramitação no Congresso Nacional, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 85 de 2015), que avança na consolidação das Parcerias Público-Privadas (PPP) na área de Ciência e Tecnologia. O mesmo PLC é defendido pela SESu/MEC como dispositivo para garantia da atuação “autônoma” da universidade, o que, mais uma vez, evidencia que a definição de “autonomia universitária”, feita pelo governo, na verdade é a resignificação do público pela consolidação dos mecanismos de privatização. O secretário da SESu/MEC afirmou, ainda, a posição do governo favorável à Proposta de Emenda à Constituição 395/2014 que visa regularizar o ensino pago em instituições em cursos como especialização, aperfeiçoamento e outros.

Embora na reunião do dia 03 de setembro o secretário tenha afirmado a existência de 4090 vagas para docentes, 150 para cargo de titular livre e 5091 para Servidores Técnicos Administrativos (STA), já aprovadas em lei, não foi apresentado o cronograma de concurso para essas vagas, tampouco, elas são citadas no documento em análise; como também o ofício não faz nenhuma referência ao Projeto de Lei 6.244/2013, em tramitação no Congresso Nacional, que cria 5.320 cargos de docentes e 3.985 de STA. Diante do anúncio do pacote de austeridade do governo, o qual se deu no mesmo dia em que o ofício nos foi entregue, o CNG-ANDES-SN avalia que, a ausência da informação das vagas de concurso no documento da SESu/MEC já aponta para os efeitos diretos desse anúncio para a universidade. Essa determinação deve ser agravada pela proposta de eliminação do Abono de Permanência, que deve induzir o aumento do número de pedidos de aposentadoria. Tal situação intensifica as condições objetivas de precarização para justificar, por parte do governo, a adoção de medidas privatistas, como a contratação de docentes e STA via OS, como forma de sanar o déficit de servidores. Importante destacar que no referido documento não consta nenhuma posição contrária ao uso deste dispositivo ou congêneres.

No tangente ao ponto Valorização Salarial de Ativos e Aposentados, a secretária não se põe como sujeito no processo de negociação salarial, afirmando que tal matéria deve ser tratada no âmbito do MPOG, a despeito de, na reunião do dia 03 de setembro, o secretário ter afirmado que acompanharia as negociações.

Quanto à Reestruturação da Carreira, o documento indica apenas o suposto empenho em construir uma agenda para debater as questões conceituais, sem apresentar nenhuma proposta concreta para o início do diálogo.

Como ficou demonstrado nas considerações, o ofício 108/15 SESu/MEC (leia aqui), além das citações genéricas de normas atinentes aos diversos temas, evidencia aspectos da política governamental de retirada do Estado de sua responsabilidade constitucional com a construção e manutenção da educação pública. É essa política que conflita frontalmente com o eixo organizador das reivindicações dos docentes e precisa ser veementemente combatida, pois acentua a precarização do trabalho docente, a desestruturação da carreira, a desvalorização salarial, a privatização da universidade e a crescente violação da autonomia universitária.

Por isso, o CNG/ANDES-SN reafirma a importância da manutenção da greve, com a intensificação das ações na base, exigindo de forma contundente a negociação efetiva e respostas concretas do governo às nossas reivindicações, como indicado nos Comunicados 39 e 40 (leia aqui nº39 e leia aqui nº 40). Mantemos a defesa, esta sim inabalável, da educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Há resistência, há vida!

## 04 – QUADRO DAS REUNIÕES DO ANDES-SN COM GOVERNO – greve 2015

A greve nacional dos Docentes das IFE, iniciada em 28 de maio de 2015 tem como pauta de reivindicações os seguintes eixos centrais:

- Defesa do caráter público das IFE;
- Condições de trabalho;
- Garantia da autonomia;
- Reestruturação da carreira;
- Valorização salarial de ativos e aposentados

A deflagração da greve – inicialmente por dezoito universidades – demonstrou resposta política à indignação que tomou conta da categoria depois de tantas tentativas de negociação com o governo, sem resultados concretos. A última reunião havia ocorrido em 23 de abril de 2014.

Naquela data, foi assinado um acordo entre SESu/MEC e ANDES-SN, no qual o governo reconheceu a desestruturação da carreira e apontou para a continuidade da discussão conceitual da carreira dos docentes das IFE. Desde então, apesar de reiteradas solicitações de audiência com o governo, objetivando respostas em relação à nossa pauta, somente em 06 de maio de 2015 fomos recebidos no MPOG por Sérgio Mendonça, Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público (SRT), mas sem respostas concretas. Igualmente, em reunião realizada com a SESu/MEC, no dia 22 de maio de 2015, o Ministro da Educação em exercício, Luiz Cláudio Costa, afirmou que não reconhecia o acordo assinado em 2014, e que o governo não tinha nenhuma proposta efetiva para apresentar à pauta dos docentes federais já protocolizada desde março de 2015.

Na Nota Oficial do CNG/ANDES-SN ao governo, foi dito ainda que os cortes no orçamento do MEC, já efetuados pelo governo federal em 2015, têm trazido enormes prejuízos para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, aprofundando a precarização das condições de trabalho, a tal ponto que diversos setores estão inviabilizados de funcionamento. Vale lembrar que a greve das IFE não é isolada; ela faz parte do conjunto dos Servidores Públicos Federais (SPF), que aglutinam no Fórum Nacional das Entidades dos SPF vinte e três entidades; dentre elas, o ANDES-SN.

Mesmo diante dessa organização das entidades, e da busca constante para o diálogo, o governo sistematicamente protela respostas concretas, e/ou reafirma suas propostas iniciais, demonstrando inflexibilidade no processo de negociação. Como forma de pressionar o governo entre as várias atividades, foram realizadas 04 marchas em Brasília nos dias 07/07; 22/07; 07/08 e 27 e 28/08, entre outros atos e atividades no MPOG e MEC.

Para melhor visualizar essa postura de intransigência, transcrevemos abaixo, uma cronologia das reuniões ocorrida com o governo federal, depois da deflagração de nossa greve, lembrando que todos esses espaços com o MEC e MPOG, só ocorreram por conta da pressão que a categoria conseguiu empreender até aqui.



23/06/2015 MEC Primeira audiência com SESu/MEC: O Secretário (Jesualdo Farias) não reconhece o documento assinado em abril de 2014 e expõem “os encaminhamentos do MEC referentes à pauta da categoria”, com os seguintes itens: 1) reconhece o RJU, mas defende o PL 2177/2011, que regulamenta a EC 85 de 2015 (avança na consolidação das PPP na área de Ciência e Tecnologia); 2) ajuste fiscal: corte de 10% nas verbas de custeio e 47% nas verbas de capital; 3) Vagas docentes: afirmou que há cerca de 9.560 vagas já liberadas para as IFE e não utilizadas pelos reitores. Afirma ainda a possibilidade de liberação de mais 4 mil vagas docentes e 3 mil de técnicos-administrativos que dependem da autorização do MPOG, assim como a criação de cerca de 5 mil vagas docentes vinculadas à aprovação do PL 6244/2013; 4) Carreira Docente: Com prazos indefinidos, o secretário propôs um grupo de trabalho. O governo considera que a Lei 12.772/2012 representa avanço em relação ao modelo anterior; 5) Valorização salarial de ativos e aposentados: não houve considerações por parte do governo e depende do anúncio do MPOG sobre disponibilidade orçamentária (Cf. Comunicado 17<http://grevenasfederais.andes.org.br/2015/06/24/comunicado-no-17-avaliacao-da-audiencia-com-a-sesumec/>).

25/06/2015

MPOG

O Secretário Sérgio Mendonça (MPOG) apresenta a proposta do governo ao Fórum Nacional dos SPF: 21,3% em 4 anos – 5,5% em 2016; 5,0% em 2017; 4,75% em 2018 e 4,5% em 2019. As entidades reafirmaram a reivindicação de 27,3% em janeiro de 2016 e propuseram nova reunião (Cf. Comunicado 18<http://grevenasfederais.andes.org.br/2015/06/25/comunicado-no-18/>).

09/07/2015

MPOG

O Fórum Nacional dos SPF informa que a base das entidades rejeitaram a proposta de ajuste plurianual (21,3%), parcelados em quatro anos. Cobraram do secretário Sergio Mendonça resposta aos outros itens da pauta. O Fórum insistiu que caberia ao governo apresentar nova proposta em próxima reunião (Cf. Comunicado 22<http://grevenasfederais.andes.org.br/2015/07/09/comunicado-no-22-09-de-julho-de-2015/>).

20/07/2015

MPOG

Reunião do Fórum das Entidades dos SPF e SRT/MPOG, na qual o governo expôs a seguinte proposta: “reajuste para os auxílios alimentação e saúde, correção de 22,8%. O primeiro (alimentação) passaria a ser de R\$ 458 e o último (saúde), proporcional por faixa etária, sendo o mínimo de R\$101 e o máximo de R\$ 205. Auxílio creche, reajuste de 317%, variando de acordo com os valores praticados em cada estado”. (Cf. Comunicado 26<http://grevenasfederais.andes.org.br/2015/07/20/comunicado-no-26-20-de-julho-de-2015/>)

22/07/2015

MEC E MPOG

Na reunião da mesa setorial o Secretário Sérgio Mendonça, iniciou a reunião reapresentando a mesma proposta de reajuste salarial, desconsiderando os itens da pauta específica de reivindicações. O Secretário de Ensino Superior, Jesualdo Farias, considerou os cortes orçamentários inexoráveis e minimizou seus impactos e transferiu a responsabilidade da administração da escassez de recursos para os reitores. Para a SESu/MEC, cabe a cada reitor, no âmbito da “autonomia universitária”, decidir sobre quais contas serão pagas. O ANDES-SN reafirma que índice de reajuste é pauta dos SPF, portanto, somente deverá ser discutido em Mesa geral. O Secretário de Relações do Trabalho, afirma que o objetivo do governo é, sim, negociar setorialmente o índice de reajuste. As entidades reivindicaram nova reunião setorial para tratar efetivamente dos pontos referentes à pauta específica, com destaque para a reestruturação da carreira e a revisão dos cortes orçamentários na educação, resultando no compromisso por parte do governo de agendar nova reunião. (Cf. Comunicado 27<http://grevenasfederais.andes.org.br/2015/07/24/comunicado-no-27-24-de-julho-de-2015/>)

27/08/2015

MPOG

Ação de bloqueio no prédio do MPOG viabilizou reunião. O Secretário iniciou reafirmando a proposta inicial de 21,3%, parcelados em quatro anos e reafirmou os índices relativos aos benefícios. Sobre os demais pontos da pauta, Mendonça informou que fariam documento respondendo-os. O Sérgio Mendonça disse ainda que, por conta do atraso do próprio governo em dar retorno aos servidores, o MPOG propunha estender o prazo de negociação até 11 de setembro, e que os projetos de lei resultantes seriam, então, enviados ao Congresso Nacional. Informou que o Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA), seria encaminhado até o dia 31 de agosto, e que neste estariam contidos recursos para o reajuste de 5,5% em janeiro de 2016 e para reestruturações de carreira.

Os representantes do Fórum solicitaram nova reunião para dar andamento às negociações, o que foi acordado para o dia 31/08. (Cf. Comunicado 36<http://grevenasfederais.andes.org.br/2015/08/30/comunicado-no-36/>)

28/08/2015

MEC

Segunda audiência com SESu/MEC: O ato dos docentes federais e estudantes em frente ao MEC, obrigou a SESu a receber o CNG ANDES-SN e os representantes dos estudantes para reunião. Foi cobrada resposta a pauta protocolada, e justificativa para a ausência de reunião entre governo e movimento grevista e o impacto dos cortes nas IFES. Dulce Tristão reconheceu a retirada de recursos da Educação e o impacto que tem nas verbas de custeio e investimento das IFE, e disse que o recente corte de R\$ 1 bilhão não irá afetar as universidades. A representante da SESu/MEC se comprometeu a enviar ao ANDES-SN a lista detalhada por universidade das 9.560 vagas para docentes que o MEC alega já estarem disponíveis. Os representantes solicitaram a retomada de reuniões e, uma reunião entre o CNG ANDES-SN e a SESu/MEC foi agendada para o dia 03 de setembro. (Cf. Comunicado 36<http://grevenasfederais.andes.org.br/2015/08/30/comunicado-no-36/>)

31/08/15

MPOG

Os representantes do Fórum apresentaram o posicionamento das entidades, a saber: 1) Rejeição do índice e do acordo em quatro anos; 2) Que a não aceitação do percentual proposto pelo governo em quatro anos, não seja impeditivo para o tratamento de outros itens das negociações setoriais; 3) Suspensão dos cortes de ponto dos setores em greve; 4) Que o MPOG resolva de imediato o problema de descredenciamento de entidades para as consignações. Além disso, cobrou-se que fosse marcada nova reunião ainda naquela semana.

Em relação ao reajuste parcelado, o Secretário assumiu que não houve aceitação pelas entidades e que ele voltaria a debater internamente, com os ministros do Planejamento, da Casa Civil e da Fazenda, a possibilidade de flexibilizar a proposta, informando, no entanto, que da parte do governo poderia haver flexibilização do prazo, mas não nos índices. Afirmou que se esforçaria para convocar nova reunião ainda naquela semana. (Cf. Comunicado 37<http://grevenasfederais.andes.org.br/2015/08/31/comunicado-no-37/>)

31/08/2015

MPOG

A reunião foi aberta pelo Secretário que solicitou às entidades pronunciamento sobre a proposta que havia sido mandada por escrito para as mesmas: reajuste em quatro anos, reajuste dos benefícios referidos na reunião do dia 20 de julho e criação de um comitê provisório para elaborar proposta de reestruturação das carreiras de Magistério Superior e de Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. O Secretário esclareceu que o comitê seria um grupo que trabalharia elementos estruturadores das carreiras, mas que suas propostas passariam novamente pela mesa de negociação. Admitiu que, os índices propostos para quatro anos não são suficientes para a reestruturação da carreira, e por isso seria para incidir após o período de quatro anos, isso é, somente em 2020. As entidades não aceitaram a proposta, postulando que um grupo de trabalho para ser instalado, já deveria ter definição dos parâmetros, e que seus efeitos precisariam ocorrer em breve, sendo inaceitável ficar para após 2019, mesmo porque as entidades já haviam rejeitado a proposta de quatro anos. O Secretário, então, afirmou que estudaria com o governo a possibilidade da reestruturação de carreira ocorrer antes. (Cf. Comunicado 37<http://grevenasfederais.andes.org.br/2015/08/31/comunicado-no-37/>)

03/09/2015

MEC

Terceira audiência com SESu/MEC: Após abrir a reunião, o Secretário passou a palavra ao Presidente do ANDES-SN que expôs brevemente os itens definidos pelo CNG para negociação e que haviam sido encaminhados por carta à SESU (Comunicado 35 do CNG, de 26/08/2015), agrupados em “Defesa do caráter público da universidade”, “Condições de trabalho”, “Garantia de autonomia”, “Reestruturação da carreira” e “Valorização salarial de ativos e aposentados”. Foi solicitado que a SESU disponibilizasse os dados relativos a vagas existentes em cada instituição. O secretário afirmou que os dados sobre as vagas de cada IFE deveria ser solicitada a cada reitoria ou à ANDIFES.

A reunião prosseguiu e o Secretário forneceu os seguintes dados gerais:

1) Vagas e Concursos: Existem hoje (dados de 31/08/15) 78.567 docentes da carreira do magistério superior e 9.638 cargos vagos, nas IFES, em relação aos quais pode haver diferenças. Isto é, são vagas que não precisam de autorização do governo. Há, ainda, 104.804 STA, e 7.646 cargos vagos, na mesma situação que os dos docentes. O MEC está, desde o início do ano, aguardando o MPOG liberar 4.090 vagas, 150 para o cargo de Titular Livre e 5.091 de STA. Tramita o PL 6.244/2013, que cria 5.320 cargos de docentes e 3.985 de STA. Sobre dados da carreira de EBTT, o Secretário alegou não dispor deles no momento, mas que a Diretora Dulce passaria posteriormente. 2) Obras: Segundo o



Secretário, foram contratadas 4.554 obras, das quais 3.491 foram finalizadas, 609 estão em execução, 280 estão em processo de licitação e 174 encontram-se paralisadas, mas que apenas uma seria por falta de recursos, enquanto as demais estariam paradas por outros motivos, tais como liberações de alvarás, embargos, desistência das empresas, entre outros. 3) Verbas: quanto ao orçamento de 2015. O Secretário afirmou que o MEC não tem como reverter os cortes e que 90% já foi liberado. Falou ainda da necessidade de se aperfeiçoar a matriz ANDIFES que faz a distribuição de verbas de custeio entre as universidades. Afirmou que os problemas financeiros nas IFES são pontuais. O Secretário comprometeu-se a responder por escrito o documento do CNG e logo após marcar reunião, tendo manifestado verbalmente. 4) Sobre contratação por OS: comprometeu-se a falar com o ministro no sentido dele se posicionar oficialmente conforme solicita o CNG. 5) Quanto à PEC 395 (cursos de especialização pagos), salientou que concordava com a PEC e que esta vinha a resolver um grande problema para as universidades. 6) Quanto aos cargos extintos (terceirizados – limpeza, segurança, etc.) não vê possibilidade de reversão desse quadro. MEC está discutindo com a FASUBRA a revisão da carreira dos STA, mas sem possibilidade de reativar cargos que hoje são terceirizados. 7) Ainda sobre as verbas, afirmou que para 2016 o orçamento do MEC será o mesmo, porém o orçamento para as universidades deverá aumentar. 8) Voltou a defender o PLC 77-2015 (Marco Regulatório da Ciência e Tecnologia) e sobre a reivindicação de revogação da Lei 9.192/95 (Eleição de dirigentes) e do Art. 56 da LDB (Composição dos colegiados), afirmou ser favorável que os processos eleitorais sejam definidos e se encerrem no interior das instituições, mas que pessoalmente é contrário à paridade nos colegiados.

Ficaram definidos dois encaminhamentos:

- 1) O Secretário vai solicitar que seja marcada reunião com a SRT/MPOG (Sergio Mendonça), com a participação do MEC para tratar da reestruturação da carreira;
- 2) Logo que responder por escrito, agendará reunião com o CNG/.

Foi solicitado que a demanda pela liberação das vagas, que o MPOG ainda não liberou, seja assunto a ser tratado também na mesa setorial. (Cf. Comunicado 38 <http://grevenasfederais.andes.org.br/2015/09/05/comunicado-no-38/>)

#### DIÁLOGO COM OUTROS INTERLOCUTORES

10/06/2015 – Reunião do Pleno da Associação dos Dirigentes das Instituições Federais – ANDIFES ANDES e FASUBRA fizeram pronunciamentos sobre os motivos da greve e a falta de negociação efetiva com o MEC pedindo intervenção dos dirigentes junto ao governo. Durante a atividade foi realizado ato distribuindo panfletos do “Dia Nacional dos Apaixonados pela Educação”. (Cf. Comunicado 12 e Blog da Greve nas Federais <http://grevenasfederais.andes.org.br/2015/06/11/andes-sn-e-fasubra-participam-do-pleno-da-andifes-e-cobram-acao-de-reitores/>)

15/07/2015 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Audiência pública, convocada pelo senador Paulo Paim, sobre “Valorização da Educação e dos Trabalhadores de Educação”, como objetivo de sensibilizar os parlamentares sobre a situação das IFE e buscar a gestão dos senadores junto ao governo, para abertura de negociações efetivas. À mesa estavam representantes da FASUBRA, SINASEFE, ANDES e MEC (Dilvo Ristoff – Diretor de Políticas e Programas) e, na plenária, a participação de alguns outros parlamentares (Fátima Bezerra, Martha Suplicy e Regina Sousa). Dilvo Ristoff convidou as entidades a participarem de uma reunião em seu gabinete na mesma semana para se buscar mais um canal de negociação. O senador Paim disse que os senadores irão colaborar na negociação da greve. Na parte da tarde, representantes das três entidades – FASUBRA, ANDES-SN e SINASEFE – apresentaram resumidamente suas pautas (conjuntas e específicas) e o cenário atual das negociações com o governo para o diretor do MEC, Dilvo Ilvo Ristoff, que reafirmou sua disposição em colaborar buscando junto à SESU, envolver-se com as negociações. (Cf. Comunicado 25 <http://grevenasfederais.andes.org.br/2015/07/17/comunicado-no-25-17-de-julho-de-2015/>)

12/08/2015 – Reunião com a Presidente da ANDIFES O CNG ANDES-SN apresentou a pauta dos docentes solicitando posicionamento da ANDIFES. A presidente da entidade reconheceu o corte e seu impacto nas universidades e se posicionou contrária, assim como se posicionou favorável a abertura de novas vagas para concurso. (Cf. Comunicado 32 e blog da greve <http://grevenasfederais.andes.org.br/2015/08/12/comunicado-no-32-12-de-agosto-de-2015/>)

13/08/2015 – Audiência na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados sobre a PEC Nº 395/2014 Representação dos CNG do ANDES-SN, FASUBRA e SINASEFE estiveram presentes na audiência, para a qual haviam sido convidados a vice-presidente do Fórum de Pró-reitores de Pós-graduação e Pesquisa (FOPROP), Maria José Giannini, o consultor jurídico da Advocacia Geral da União (AGU), Arnaldo Sampaio Gogoy e docentes da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) Cláudio Castro e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Cláudia Morgado, todos favoráveis à aprovação da PEC em questão que legitima a cobrança de mensalidade em cursos de pós-graduação lato sensu, que envolvem especializações e MBA (Master Business Administration), pelas instituições públicas de ensino. Ao final da audiência, e por solicitação do CNG do ANDES-SN, foi aberta a fala para o representante do CNG do ANDES-SN. Uma nova audiência foi marcada, ainda sem data, para debater a PEC, com inclusão de representante do ANDES-SN. (Blog da Greve nas Federais <http://grevenasfederais.andes.org.br/2015/08/13/cng-do-andes-sn-protesta-na-camara-contra-fim-da-gratuidade-do-ensino-publico/>) 20/08/2015

Comissão Especial da Câmara dos Deputados

O CNG do ANDES participou de audiência pública na Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 395/2014 que visa alterar o inciso IV do Art. 206 da CF/1988, restringindo a gratuidade aos cursos regulares de graduação, mestrado e doutorado oferecidos pelas instituições públicas de ensino, mas abrindo o precedente de oferecer ensino pago na PG lato sensu e até no mestrado profissionalizante. O representante do MEC manifestou-se a favor da PEC. O presidente do ANDES foi único debatedor a se contrapor ao conteúdo da referida PEC. (Cf. Comunicado 34 <http://grevenasfederais.andes.org.br/2015/08/21/comunicado-no-34-21-de-agosto-de-2015/>)

#### 06 – QUADRO ATUALIZADO DA DEFLAGRAÇÃO DA GREVE NAS IFE:

(Em destaque as Seções com novas deflagrações)

Nº	Seção Sindical	IFE	26	CAMPUS GOIÁS	Universidade Federal de Goiás
1	ADUFAC	Universidade Federal do Acre	27	ADCAJ	Universidade Federal de Goiás – Jataí
2	ADUA	Universidade Federal do Amazonas	28	ADCAC	Universidade Federal de Goiás – Catalão
3	SINDUFAP	Universidade Federal do Amapá	29	ADUFDOURADOS	Universidade Federal da Grande Dourados
4	ADUFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia	30	ADUFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
5	ADUFPA	Universidade Federal do Pará	31	SESDIFMT	Instituto Federal do Mato Grosso
6	SINDUNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	32	ADLESTE	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Três Lagoas
7	SINDUFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará	33	ADUFF	Universidade Federal Fluminense
8	ADUNIR	Universidade Federal de Rondônia	34	ADOM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus de Mucuri
9	SESDUF-RR	Universidade Federal de Roraima	35	ADUFLA	Universidade Federal de Lavras
10	SESDUFT	Universidade Federal de Tocantins	36	SINDFAFEID	ADUFVJM Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus de Diamantina
11	SINDIFPI	Instituto Federal do Piauí	37	CLG – UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
12	ADUFERSA	Universidade Federal Rural do Semiárido	38	CLG – UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
13	ADUFAL	Universidade Federal de Alagoas	39	APESJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
14	ADUFS	Universidade Federal de Sergipe	40	ADUNI-RIO	Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais
15	ADUFPB	Universidade Federal da Paraíba	41	ADUFPI	Universidade Federal do Rio de Janeiro
16	SINDUNIVASF	Universidade do Vale do São Francisco	42	ADUFC	Universidade Federal do Piauí
17	APUB	Universidade Federal da Bahia	43	ADUFTM	Universidade Federal do Ceará
18	APUR	Universidade do Recôncavo da Bahia	44	CLG UFVJM – Unai	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
19	ADUFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia	45	SINDIFPB	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus de Unai
20	APRUMA	Universidade Federal do Maranhão			Instituto Federal da Paraíba
21	ADUFCG	Universidade Federal de Campina Grande			
22	ADUFCG-PATOS	Universidade Federal de Campina Grande – Patos			
23	ADUC	Universidade Federal de Campina Grande – Cajazeiras			
24	ADUFMAT	Universidade Federal do Mato Grosso			
25	ADUFMAT- RONDONÓPOLIS	Universidade Federal do Mato Grosso – Rondonópolis			



# FUNCIONALISMO VAI ÀS RUAS DO PAÍS NO DIA 23 DE SETEMBRO CONTRA PACOTE DE ATAQUES AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Texto de Luiz Carvalho- CUT



Em uma só tacada, as medidas anunciadas pelos ministros Joaquim Levy (Fazenda) e Nelson Barbosa (Planejamento), na última segunda-feira (14), para “economizar” R\$ 1,5 bilhão do orçamento conseguiram impor arrocho aos servidores, colocar em risco o serviço público e atropelar um processo de negociação com o funcionalismo prestes a ser concretizado.

O pacote que inclui o adiamento do reajuste dos servidores de 1º janeiro para 1º agosto de 2016, o fim do abono de permanência para o servidor que resolve continuar em atividade após a aposentadoria e a suspensão do concurso público deve ainda aumentar os custos com os trabalhadores para a União, avalia o secretário-adjunto de Relações do Trabalho da CUT, Pedro Armengol.

Diante desses retrocessos, os servidores programaram para o dia 23 de setembro um Dia Nacional de Lutacom atos e paralisações nos estados e indicativo de uma greve nacional da categoria contra as medidas que elegeram os servidores como o grande vilão da crise.

Para Armengol, o primeiro grande erro foi anunciar o ajuste sem conversar com os trabalhadores, tirando a credibilidade da negociação. “O momento foi inadequado, na semana passada completamos quatro meses de uma discussão muito dura, mas que já tinha as divergências equacionadas e em que já estava pacificada a implementação de qualquer alteração a partir de janeiro de 2016”, comentou.

De acordo com o dirigente, a categoria havia acertado 5,5% de elevação aumento salarial a partir de janeiro de 2016 e mais 5% em 2017, além da reposição inflacionária de benefícios como auxílio-alimentação, saúde e escolar. O pacote, porém, praticamente enterra a possibilidade assinar o acordo. “As entidade agora terão de retomar a discussão novamente com as bases nas próximas duas semanas e não temos mais perspectiva sobre acerto”, afirma.

Saída sem reposição

Armengol alerta ainda para os prejuízos que o fim do abono de permanência trará à qualidade do serviço prestado à população. A medida mantida e consolidada pela Emenda Constitucional 41/2013 determina o pagamento de 11% de abono para os trabalhadores que, mesmo aposentados, permaneçam no trabalho.

“Para o poder público é mais barato que ele continue, mesmo com o adicional, do que pagar a aposentadoria e contratar outro. Só na área federal serão 101 mil trabalhadores que deixarão seus postos se o abono acabar. E o governo ainda suspendeu os concursos públicos para 2015 e 2016”, apontou em um cenário de sucateamento.

A expectativa é que outros 130 mil funcionários públicos se aposentem nos próximos cinco anos e, como exemplo do caos que a medida pode gerar, o dirigente citou o Hospital Federal do Rio de Janeiro, com 40% dos servidores em abono permanência.

“Com esse quadro já enfrentamos sérios problemas, imagina se os servidores saírem sem que aja pessoal para substituir. Ou sucateia de vez, ou o Estado adotará aquele modelo que conhecemos, de terceirização precarizada, mais caro ainda para a União e, principalmente, para o cidadão, porque as empresas recebem rês, mas o trabalhador fica só com um”.

Apesar de implementado a partir da esfera federal, que conta com 1,4 milhão de servidores públicos, o pacote deve impactar também os outros 14 milhões de trabalhadores no funcionalismo nas esferas estaduais e municipais, avalia Armengol.

“Sabemos que é de praxe toda ação do governo federal ser replicada nos estados e nas cidades. E ainda que falemos só dos federais, nos referimos a um universo que inclui Executivo, Legislativo, Judiciário, saúde, educação, meio ambiente e todas as áreas de políticas públicas”, alertou.

Previdência – Para piorar o ônus ao funcionalismo, durante o anúncio das medidas, Levy acenou com a extinção de ministérios e uma reforma da Previdência para o servidor, com aumento da idade mínima. Cenas, portanto, de mais arrocho para o país.

Sem base para negociação

Secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo da Silva, defende que não há base para negociação.

“Não há como melhorar o que é muito ruim. Nossa luta agora é para que seja rejeitado no Congresso nacional. É lamentável num país em que temos 200 mil cargos vagos no funcionalismo, segundo o próprio Ministério do Planejamento, termos diminuição ao invés de aumento. Somente para 2016, estavam previstos 40 mil concursos, que foram cancelados. O resultado é a queda ainda maior da qualidade dos serviços prestados à população”, disse.

De acordo com Ronaldo, ao invés de penalizar trabalhadores e a sociedade que mais precisa das políticas públicas, o ajuste fiscal deveria promover a taxação dos especuladores para gerar recursos.

“Há outras formas de recompor esse déficit público, como taxar o lucro dos acionistas em 15%, que geraria R\$ 43 bilhões aos cofres. Não pagam nada sobre o que lucros com a especulação financeira no país. Enquanto fazemos cortes vemos 40% da receita do Orçamento encaminhado ao Congresso destinada a pagar juros da dívida pública. Devemos reverter essa lógica.”

<http://cut.org.br/noticias/dia-23-funcionalismo-vai-a-rua-em-defesa-do-servico-publico-216a/>

## PAULO FREIRE, O PATRONO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Se estivesse vivo, o inesquecível Paulo Freire estaria completando, neste sábado, 94 anos. Considerado o Patrono da Educação Brasileira, Paulo Reglus Neves Freire nasceu em 19 de setembro de 1921 no Recife. Não foi apenas a educação brasileira que Freire influenciou, ele ainda hoje é visto como um dos mais importantes pensadores na história da pedagogia mundial. Educador e filósofo, ficou mundialmente conhecido pelo método de educação de jovens e adultos que leva o seu nome. Mas ele foi além do mero exercício de professor, seu pensamento pedagógico era extremamente político, sempre chamando alunos e professores para o posicionamento crítico. Paulo Freire era contra a ideia do aluno como sendo uma tábua rasa, para ele, era necessário levar em consideração a visão de mundo do aluno, considerar a bagagem que ele trazia de casa, de suas vivências. Para Freire, a educação tinha como principal objetivo a conscientização, especialmente se referindo às classes subalternas que, em sua visão, deveriam entender sua posição de oprimidas e agir para se libertar dela. Freire escreveu diversas obras, sendo a mais conhecida Pedagogia do Oprimido. Foi a personalidade brasileira que recebeu mais homenagens: ganhou 41 títulos de Doutor Honoris Causa de universidades como Harvard, Cambridge e Oxford. Paulo Freire morreu de ataque cardíaco no dia 2 de maio de 1997.

**“Ninguém nega o valor da educação e que um bom professor é imprescindível. Mas, ainda que desejem bons professores para seus filhos, poucos pais desejam que seus filhos sejam professores. Isso nos mostra o reconhecimento que o trabalho de educar é duro, difícil e necessário, mas que permitimos que esses profissionais continuem sendo desvalorizados. Apesar de mal remunerados, com baixo prestígio social e responsabilizados pelo fracasso da educação, grande parte resiste e continua apaixonada pelo seu trabalho.” (Paulo Freire).**

